Fundação Arca da Aliança

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2018

1 - Introdução

A Fundação Arca da Aliança, com sede social na Rua de Santa Cruz nº 1, Cova da Iria com um fundo patrimonial de 399.038,32 €, contribuinte fiscal nº 504 219 413, tem como atividade principal: Outras Atividades Associativas (C.A.E. nº 94 995), e como atividades secundárias:
- Atividades Apoio Social para pessoas Idosas, com alojamento (CAE 87301),
- Atividades Apoio Social para Crianças e Jovens, com alojamento (CAE 87901).

A Fundação teve no ano de 2018, quatro valências em funções, a Administração que gere os fundos existentes e promoveu a construção da Aldeia Intergeracional, que é o Lar das Bem-Aventuranças, que entrou em funcionamento em Setembro de 2013, e que tem protocolo com o Instituto da Segurança Social para 48 utentes; o Lar de Infância e Juventude (L.I.J.), para o qual tem um protocolo com o Instituto da Segurança Social para 25 utentes e a outra valência, com menos expressão que é o apoio a famílias carenciadas. No final do ano de 2018, a Instituição, tinha na valência de Estrutura ResidenciaL para Idosos, cerca de 68 utentes e na valência do Lar Infância e Juventude 25 utentes.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2018.

O presente relatório contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Fundação Arca da Aliança, procedendo a uma equilibrada e global evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

Após uma aceleração da atividade mundial em 2017 e de acordo com a generalidade dos analistas, durante 2018 continuou a registar-se uma expansão sólida da economia mundial apesar de se notar um certo nível de abrandamento. Devido essencialmente ao aumento dos custos comerciais e ao desfavorecimento das condições financeiras em algumas partes do mundo, o declínio do crescimento económico em muitas das grandes economias antecipou-se ao que era previsto.

Desde a última crise económica, várias medidas conseguiram melhorar a estabilidade financeira, tanto a nível global como ao nível de cada país, mas o trabalho permanece incompleto em muitos aspetos. Devido à materialização de alguns riscos, como o aumento do protecionismo comercial, e também de uma perspetiva económica mais fraca em algumas das principais economias emergentes, registou-se uma maior disparidade nas taxas de crescimento entre os diferentes países.

Num contexto de elevada incerteza política, uma intensificação das tensões comerciais pode abalar os sentimentos dos mercados comerciais e financeiros, bem como estimular a sua volatilidade, diminuindo o investimento e o comércio. No mesmo sentido, um aumento das barreiras comerciais trará necessariamente ruturas nas cadeias de fornecimento globais, que se tornaram uma parte integrante do processo produtivo nas últimas décadas, bem como atrasar a expansão de novas tecnologias, levando à redução da produtividade e bem-estar globais.

Ainda assim, as condições dos mercados financeiros e de trabalho continuaram favoráveis, bem como os elevados níveis de confiança dos agentes económicos das principais economias avançadas.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

Ao longo do primeiro semestre de 2018, o crescimento do PIB mundial manteve-se robusto, mas notou-se alguma disparidade na evolução da atividade entre as diversas economias, tendo-se verificado um abrandamento do crescimento na área do euro, no Reino Unido e no Japão, e o oposto nos Estados Unidos. Segundo dados do Banco de Portugal, nos Estados Unidos registou-se um aumento em termos homólogos de 2,7% do PIB, ficando acima do ritmo de crescimento registado ao longo de 2017, o que reflete a manutenção do crescimento do consumo privado e das condições monetárias e financeiras favoráveis, bem como da aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e das exportações, não esquecendo a melhoria continuada da situação no mercado de trabalho. Para a área do euro, como já referido, a atividade económica registou um abrandamento face ao crescimento forte registado em 2017, ainda assim mantendo um crescimento robusto (2,3% em termos homólogos, face a 2,8% no segundo semestre de 2017). No

Reino Unido, o PIB aumentou 1,2% em termos homólogos, mas ficou abaixo do crescimento registado no segundo semestre de 2017 (1,5%). Em termos anuais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um crescimento do PIB mundial de 3,7%.

A expansão da atividade foi acompanhada de um aumento moderado da inflação total, impulsionada pelo aumento dos preços de energia nos primeiros seis meses do ano, com comportamentos diferenciados entre as maiores economias. Nas economias avançadas, a inflação core (excluindo produtos alimentares e energéticos) continuou abaixo dos objetivos dos bancos centrais. Na área do euro, para a primeira metade de 2018 a inflação aumentou face ao final de 2017, depois de alguma irregularidade nos primeiros meses do ano. Já nas economias emergentes, excluindo a hiperinflação da Venezuela, a inflação core permaneceu abaixo da média dos últimos anos.

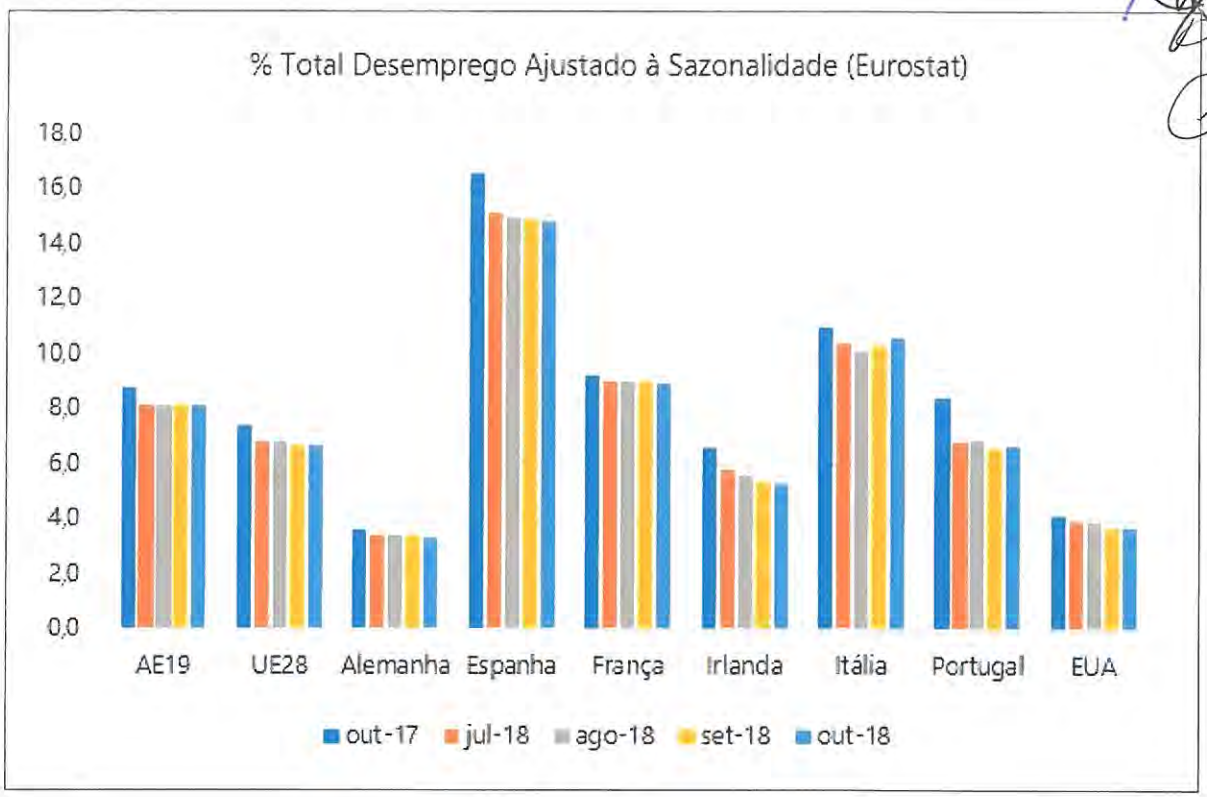
Segundo dados do FMI, a taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) excluindo bens alimentares e energéticos situou-se em torno dos 1,0% durante o primeiro semestre de 2018, superando os níveis particularmente baixos registados em 2014 e 2015. Para o conjunto do ano, prevê-se um aumento da inflação, tanto nas economias avançadas - onde se prevê uma taxa de 2,0%, comparando com 1,7% no ano anterior - como nas emergentes e em desenvolvimento (excluindo a Venezuela) – de 4,3% para 5,0% -, refletindo os recentes aumentos nos preços dos bens. Para a área do euro, o BCE prevê que a inflação homóloga medida pelo IHPC se situe nos 1,8% em 2018.

Em relação às transações económicas, num contexto de desaceleração da atividade global e de tensões comerciais associadas a anúncios de políticas protecionistas, a taxa de crescimento do comércio mundial de bens desacelerou para os 4,4% no primeiro semestre de 2018, comparando com os 5,2% registados no segundo semestre de 2017, ainda assim continuando num ritmo de crescimento sólido. Quanto às importações, verificou-se também um abrandamento nas economias avançadas.

Na Europa, tanto as exportações como as importações desaceleraram na área do euro e no Reino Unido. Ainda assim, para a área do euro registou-se um crescimento do consumo privado ao longo do primeiro semestre de 2018, apesar de ligeiramente inferior ao verificado em 2017, continuando a ser suportado pelas condições financeiras favoráveis e pela melhoria do mercado de trabalho. Já no Reino Unido, ficou ligeiramente abaixo do registado em 2017, situando-se nos 1,1%. No mesmo período, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) registou um crescimento de 2,4% na área do euro, em termos homólogos, representando, ainda assim, uma desaceleração face aos 2,9% registados no segundo semestre de 2017. Também a procura interna manteve um crescimento robusto, em particular a FBCF. Quanto à procura externa, o BCE prevê que esta se situe nos 4,3% em 2018. No Reino Unido, verificou-se um abrandamento notório da FBCF no primeiro semestre de 2018, de 3,3% para 1,1%, em grande parte devido aos elevados níveis de incerteza dos investidores empresariais, no seguimento das dificuldades ao nível das negociações referentes à saída da União Europeia. Em relação às administrações públicas, o BCE estima que o défice orçamental da área do euro tenha diminuído significativamente em 2018, espelhando as condições cíclicas favoráveis e a descida dos pagamentos de juros.

Em relação às economias emergentes, continuou a registar-se uma expansão económica idêntica à de 2017, apesar da taxa de crescimento ter sido mais diversificada entre as maiores economias, tendo-se registado um crescimento forte na China e na Índia, mas uma desaceleração no Brasil e na Turquia, tendo o aumento do preço do petróleo impulsionado o crescimento nas economias exportadoras de petróleo na África Subsariana e no Médio Oriente.

Quanto ao emprego, na área do euro continuou a registar-se um aumento, tendo-se situado cerca de 2,0% acima do nível mais alto atingido antes da crise, segundo dados do Banco de Portugal. O número de cidadãos empregados aumentou 0,3% no último trimestre de 2018, segundo dados do Eurostat, o que representa um aumento de 1,2% em termos homólogos. Quanto à taxa de desemprego, segundo dados do BCE, no terceiro trimestre de 2018 verificou-se uma descida para os 8,1%, atingindo o nível mais baixo observado desde finais de 2008. Apesar destes resultados, alguns países da área do euro ainda apresentam uma taxa de desemprego elevada, em alguns casos acima dos valores registados há dez anos. Nos Estados Unidos registaram-se as taxas de desemprego mais baixas desde 2000, verificando-se um aumento salarial mais moderado do que em 2017, refletindo, em parte, os níveis mais baixos de produtividade devidos às tensões comerciais, nomeadamente com a China.



Quanto ao petróleo, este apresentou alguma volatilidade ao longo de 2018, tendo o preço do Brent, nos primeiros nove meses do ano, apresentado uma tendência ascendente, atingindo cerca de 86 USD/barril, resultante do prolongamento dos cortes na produção acordados entre os países da OPEP, do colapso da produção na Venezuela e das expectativas de redução das exportações do Irão. Por outro lado, a reunião dos países produtores de petróleo que teve lugar no final de junho fez alterar esta trajetória, tendo sido acordado o aumento da produção de petróleo, o que levou a uma baixa do preço do barril para 71 dólares. Nos últimos meses do ano, verificou-se um significativo crescimento da produção nos EUA, o que levou a uma queda de mais de 20% no preço do petróleo durante o mês de outubro, situando-se perto dos 67 USD/barril, um valor mais próximo dos registados no início do ano.

Em relação aos mercados financeiros, ao longo do primeiro semestre de 2018 registaram-se diversos picos de volatilidade, relacionados com a aplicação de medidas protecionistas dos EUA, bem como à instabilidade política em alguns países da área do euro. Quanto aos principais índices acionistas, registaram-se valores muito diferenciados desde finais de 2017, destacando-se a valorização do índice norte-americano e o desempenho muito negativo do índice chinês, sendo que na área do euro e no Japão também se notou uma queda, apesar de mais contida.

No mercado obrigacionista, as condições nos mercados de obrigações soberanas permaneceram estáveis no último trimestre de 2018, à exceção do mercado italiano, devido à incerteza política envolta nesse país. Quanto às taxas de juro da dívida pública, observou-se uma subida nos EUA e no Reino Unido, sendo que na área do euro registou-se uma maior volatilidade. As yields a longo prazo e os spreads soberanos cresceram genericamente, tendo, em meados de setembro, a yield a 10 anos do Tesouro dos EUA subido para cerca de 3,0%, enquanto que as yields alemãs desceram para 0,45%, e as do Reino Unido permanecido nos 1,5%, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

No mercado cambial, no primeiro semestre de 2018, registou-se uma tendência de apreciação das moedas das economias avançadas, especialmente do dólar norte-americano – que desde fevereiro tem-se fortalecido em 6,5% em termos efetivos, segundo dados do FMI -, e de depreciação das moedas das economias emergentes, excluindo a China, pelo menos até ao final de junho onde, devido às tensões comerciais com os EUA, começou a registar-se uma depreciação da moeda chinesa. Em relação ao euro, nos últimos meses verificou-se um enfraquecimento de cerca de 1% em termos nominais, registando uma depreciação de 1,7% no último trimestre de 2018, devido à depreciação contra o yen japonês e da libra, tendo-se também registado uma depreciação face ao renminbi da China (1,7%), ao real do Brasil (15,5%) e ao rublo da Rússia (5,3%), segundo dados da Comissão Europeia e do BCE. Ainda assim, desde novembro que o euro conseguiu manter-se estável em relação ao dólar americano.

Assim, e tendo por base dados do BCE, a cotação EUR/USD no início de 2018 situava-se nos 1,2065, tendo apresentado um perfil ascendente até meados de abril, registando-se de seguida uma queda até meados de agosto, onde chegou a atingir os 1,137, começando depois a apresentar uma maior volatilidade até ao final do ano, tendo fechado com 1,145. O perfil foi idêntico quanto à cotação EUR/CHF, mas com uma maior volatilidade, tendo começado nos 1,1718, atingindo o valor máximo de 1,1986 no final de abril e o valor mínimo de 1,1275 em setembro, terminando o ano nos 1,1269. Quanto à libra esterlina, verificou-se uma elevada volatilidade ao longo do ano, apesar das taxas cambiais iniciais e finais face ao EUR não terem praticamente sofrido alteração (0,88953 e 0,89453, respetivamente). Em relação ao iene, verificou-se uma trajetória descendente ao longo do ano, tendo começando em 135,35 e terminando com 125,85.

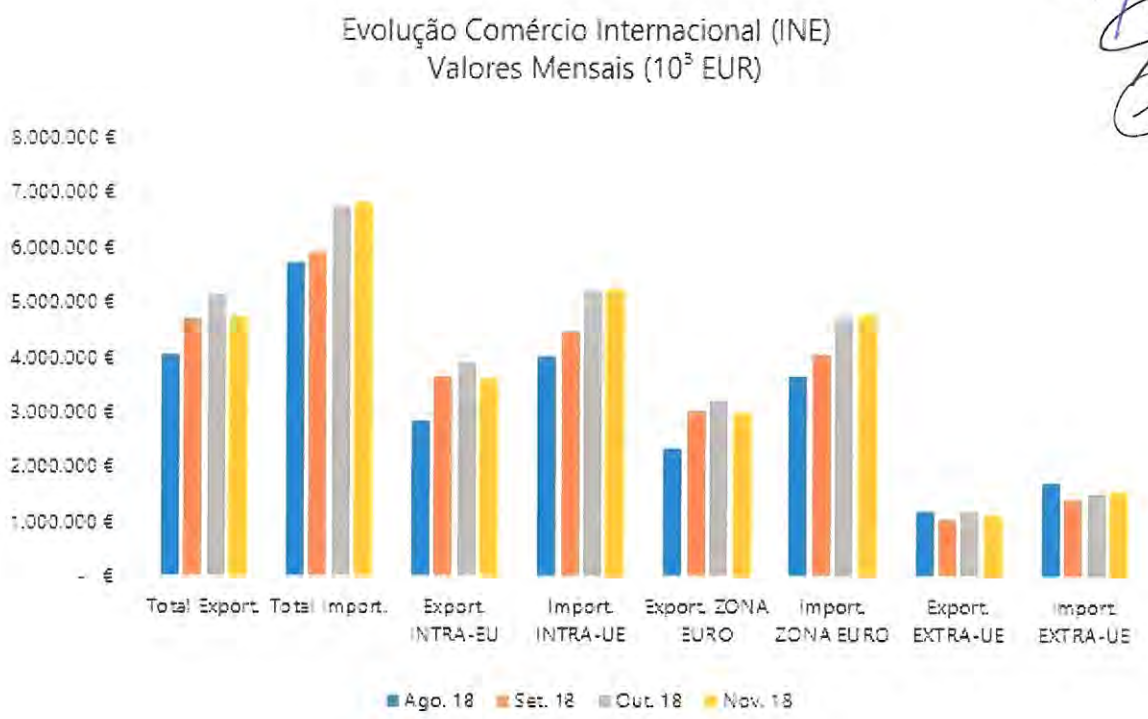
2.2 A nível Nacional

Os mais recentes dados disponibilizados pelo Banco de Portugal apontam para uma continuação da expansão económica em 2018, embora a um ritmo mais moderado e inferior ao observado em 2017, influenciado por uma procura externa menos dinâmica, notando-se, contudo, um enquadramento externo favorável à economia portuguesa. Durante o primeiro semestre de 2018, registou-se um crescimento do PIB de 2,3% em termos homólogos, 0,2% abaixo do registado no segundo semestre de 2017. Para o conjunto do ano, as projeções do Banco de Portugal encontram-se alinhadas com as da Comissão Europeia, prevendo um crescimento do PIB de 2,1%.

Este ritmo mais moderado de crescimento da atividade económica influenciou as exportações e a FBCF, que desaceleraram no primeiro semestre de 2018. Esta última reduziu para 4,0% no primeiro semestre de 2018, em comparação com os 7,7% registados no segundo semestre de 2017, em grande parte devido ao segmento da construção, com o crescimento muito forte do investimento em obras públicas verificado em 2017. Em relação às exportações, cresceram 6,0% no mesmo período, após um aumento de 6,7% no segundo semestre de 2017. Este menor crescimento resulta da conjugação de uma ligeira aceleração do crescimento das exportações de bens, em particular no setor automóvel, com uma desaceleração das exportações de serviços, principalmente no tocante ao turismo, tendo os exportadores portugueses de bens e serviços continuado a ganhar quota nos mercados externos, apesar do ganho ter sido inferior ao verificado no ano de 2017. Quanto às importações, verificou-se uma desaceleração, passando de um crescimento de 7,9% no segundo semestre de 2017 para 6,4% no primeiro semestre de 2018, tanto na componente de bens como de serviços, apesar de mais acentuada no segundo caso.

A evolução das exportações portuguesas encontra-se em linha com a desaceleração da procura externa, que cresceu apenas 3,4% em termos homólogos no primeiro semestre de 2018, abaixo dos 4,9% registados na segunda metade de 2017, refletindo o abrandamento das importações intra-área do euro. Por outro lado, registou-se uma ligeira aceleração do consumo privado tendo, no mesmo período, crescido 2,5% em termos homólogos, refletindo o crescimento do rendimento disponível real das famílias e os níveis historicamente elevados da confiança dos consumidores.

No primeiro semestre de 2018, o VAB registou um crescimento em termos reais de 1,8% face ao período homólogo que, tal como em anos anteriores, foi inferior ao crescimento do PIB, refletindo o abrandamento do crescimento dos impostos líquidos de subsídios. Em relação à inflação, a taxa média foi de 1,2% em 2018, segundo dados da Comissão Europeia, mostrando alguma volatilidade ao longo do ano, representando uma diminuição de 0,5% em relação a 2017, associada sobretudo ao comportamento dos preços dos serviços.



Em relação à balança corrente de capital, segundo o Banco de Portugal, a mesma registou um défice de 1,7% do PIB, superior em 0,8% em relação ao período homólogo, essencialmente devido ao aumento do défice da balança de bens – de 5,8% do PIB no primeiro semestre de 2017 para 6,7% no primeiro semestre de 2018, refletindo o crescimento em volume mais forte das importações do que das exportações – e da balança de rendimento primário, cujo défice aumentou 0,4% nos mesmos períodos, situando-se nos 3,7%. De frisar também, em sentido oposto, o aumento do excedente da balança de serviços, também em 0,4%, ficando em 6,7% do PIB.

Em termos da balança financeira, Portugal continuou a ser recetor líquido de fundos, tal como ocorreu no primeiro semestre de 2017. No primeiro semestre de 2018, esta balança ficou caracterizada por uma alteração do perfil dos setores institucionais que investiram e se financiaram no exterior, sendo que as sociedades não financeiras reduziram o seu financiamento externo, enquanto que as administrações públicas obtiveram um financiamento externo marginalmente positivo. A estabilidade das condições de financiamento dos bancos tem sido acompanhada de uma aceleração do crédito bancário, num quadro em que as taxas de juro estão em níveis historicamente baixos.

A capacidade de financiamento da economia portuguesa foi de 0,7% do PIB no primeiro semestre de 2018, registando uma diminuição de 0,4% face a 2017, refletindo o aumento do investimento e a redução da poupança em rácio do PIB. Ainda assim, o endividamento da economia portuguesa face ao exterior mantém-se em níveis muito elevados, tanto em termos históricos como em comparação a outros países da área do euro. Em novembro, a dívida pública voltou a registar um novo máximo histórico, superando já os 251 mil milhões de euros. Apesar do aumento nominal, continuou a registar-se uma dinâmica descendente da dívida pública em rácio do PIB, tendo-se situado nos 124,9% no final do primeiro semestre de 2018, o que representa uma quase estabilização face ao final de 2017 (124,8%), devido à conjugação de um excedente primário com uma taxa de juro do stock da dívida inferior ao crescimento nominal da economia, ainda assim permanecendo uma das mais elevadas da área do euro. Esta é uma área fundamental para a economia portuguesa, uma vez que os elevados níveis de endividamento continuam a ser uma das suas principais vulnerabilidades.

Segundo dados do INE, o défice das administrações públicas situou-se em 1,9% na primeira metade de 2018 o que, em comparação com o período homólogo, corresponde a uma redução de 4,2%. A receita corrente registou um crescimento de 3,1% no primeiro semestre, resultado do forte crescimento da receita de impostos sobre a produção e importação e das contribuições sociais efetivas, que mais do que compensaram a queda registada na coleta dos impostos sobre o rendimento e o património - tendo registado uma diminuição homóloga de 1,5%, em parte explicada pelo diferente perfil de pagamento de reembolsos em sede de IRS e do diferimento do prazo do pagamento da autoliquidação do IRC -,

destacando o aumento de 4,0% da receita de IVA, influenciada pelas alterações na cobrança do IVA sobre as importações extra-UE. Já o crescimento das rubricas de capital, ficaram aquém das estimativas para o conjunto do ano (6,3% que compara com 28,7%), podendo estar associado a uma execução de fundos comunitários abaixo do previsto.

Por fim, em relação aos mercados de dívida soberana, a taxa de juro média dos leilões de Bilhetes do Tesouro, no que respeita às emissões de curto prazo, situou-se em -0,35% em 2018, o que compara com os -0,25% de 2017. Já nas taxas de colocação a longo prazo, na maturidade de 9-10 anos, a taxa média dos leilões foi de 1,8%, menos 1,2% do que em 2017.

Quanto ao mercado de trabalho, a recuperação da atividade produtiva contribuiu para a sua melhoria, registando-se um crescimento robusto do emprego e uma queda acentuada da taxa de desemprego. Em relação ao primeiro, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, registou-se um crescimento de 2,8% em termos homólogos no primeiro semestre de 2018, ainda assim traduzindo uma desaceleração de 0,5% face ao segundo semestre de 2017. Apesar desta desaceleração, continuou a exceder o crescimento da atividade. Quanto à taxa de desemprego, situou-se nos 7,0% em 2018, tendo diminuído 1,9% relativamente a 2017, tendo-se registado no segundo trimestre de 2018 o valor mais baixo desde o segundo trimestre de 2004. Já o número de desempregados, em 2018 diminuiu 20,9% em relação ao ano anterior, o que poderá contribuir para um maior crescimento dos salários. Contudo, devido ao cenário de evolução demográfica adversa, com uma tendência de redução da população residente e respetivo envelhecimento, o crescimento da população ativa tem abrandado, tendo-se registado em 2018, em termos de média anual, um aumento de apenas 0,3% face a 2017, o que compara com um crescimento de 0,8% no conjunto deste último.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2018, os resultados espelham a atividade desenvolvida pela Instituição, apesar do volume de negócios ter uma variação positiva de 3,78 % relativamente ao ano anterior (em 2017 foi de 665.542,81 € e em 2018 foi de 690.710,64 €).
Neste período, o volume de negócios era composto por: 2,40% deste valor, o abono de família de cada utente no L.I.J. que provem da Segurança Social, 74,96% corresponde às mensalidades dos clientes da Residência para Idosos, cerca de 22,50% corresponde às comparticipações familiares aos Idosos, os restantes 0,14% respeitam às quotizações recebidas pela Ala dos Amigos da Fundação.
Relativamente aos outros rendimentos, dividem-se em:

- Subsídios do Estado e outros entes públicos, no valor de 590.581,43 €, dos quais 332.352,00 € respeitantes ao acordo de cooperação existente para o L.I.J. e 255.672,47 € do acordo de cooperação para os idosos; e 2.406,96 € que foi 0,5% da consignação do I.R.S. recebido em 2018 para a Administração. Receberam-se ainda 150,00 € de subsídio do Municipio de Ourém, pela participação no Desfile de Carnaval Sénior, realizado em 2018.
- Outros Rendimentos e Ganhos, no valor de 159.430,40 €, que essencialmente, são: 73.961,22 € - Imputação de subsídios para investimentos, na valência L.I.J e Residência para Idosos; 42.886,74 € - Donativos para a Fundação; 39.390,32 € - Reembolso de despesas pagas pelos utentes do Solar; 307,62 € - Descontos de Pronto Pagamento Obtidos; 2.884,50 € - Compensação por falta de Aviso Prévio, por Rescisão de Contratos de trabalho por parte dos Trabalhadores.
- Juros, Dividendos e outros rendimentos similares, no valor de 1.341,71 €, que foram efectivamente os juros recebidos pelo vencimento de Depósitos a Prazo e dos Fundos de Compensação e Garantia.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida os valores do total dos gastos da Fundação:

- Custo das Matérias Consumidas ..... . 16.702,81 €
- Fornecimentos e Serviços Externos .....435.639,57 €
- Gastos com o pessoal ..... 853.704,65 €
- Gastos de Depreciação e de Amortização ..... 174.489,80 €
- Outros Gastos e Perdas .....28.512,78 €
- Gastos e perdas de Financiamento ..... 4.871,99 €

Comparativamente, a 2017, existe uma diferença nos Outros Ganhos e Perdas, e nos Gastos e Perdas de Financiamento:

- Outros Ganhos e Perdas foram 7.574,92 € e aumentaram para 28.512,78 €, devido ao vencimento das apólices da Eurovida. Esta oscilação da desvalorização foi devido ao reembolso do capital inicial que é garantido; e Gastos e Perdas de Financiamento foram 31.726,75 € e diminuíram para 4.871,99 €, devido á amortização da totalidade do empréstimo obtido, em Janeiro de 2018.

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apesenta os gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2018	2017	2016
Gastos com Pessoal	853.704,65 €	838.767,82 €	716.960,02 €
Nº Médio de Pessoas	67	67	62
Gasto Médio por Pessoa	**12.741,86**	**12.518,92**	**11.563,87**

Em 31/12/2018, o pessoal ativo, era composto por 63 elementos, repartidos da seguinte forma:
Na valência L.I.J., 18 funcionários, que são: uma Directora Técnica, 6 Ajudantes de Ação Educativa, 2 Psicólogos, 8 Perfeitos, e 1 Trabalhador Auxiliar de Serviços Gerais.
Na Residência para Idosos estão 45 funcionários, que são: 1 Director Técnico, 27 Auxiliares de Ação Direta, 3 Cozinheiras e 2 Administrativas, que estão em acumulação com a valência do L.I.J., 3 Ajudantes de Cozinha, 2 Enfermeiros, 1 Enfermeiro Especialista, 1 Técnico Superior de Reabilitação, e 5 Trabalhadores Auxiliares de Serviços Gerais.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira a Fundação apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível da autonomia financeira:
Em 2018, o ativo era de 7.145.239,07 € e o fundo de Capital era de 6.957.387,44 €, consequentemente a sua autonomia financeira era cerca de 97%. Relativamente a 2017, a autonomia financeira foi de 82%, subiu.

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Fundação através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2018		2017	
Ativo não corrente	6.365.712,43	89 %	7.970.048,42	92 %
Ativo corrente	779.526,64	11 %	643.149,16	8 %
Total Ativo	**7.145.239,07**		**8.613.197,58**	

RUBRICAS	2018		2017	
Fundo de Capital	6.957.387,44	97 %	7.099.239,21	82 %
Passivo não corrente	0		1.250.000,00	15 %
Passivo corrente	187.851,63	3 %	263.958,37	3 %
Total Capital Próprio e Passivo	**7.145.239,07**		**8.613.197,58**	

A Fundação exerceu atividade nos seguintes nas três valências acima descritas, mas com maior relevância o Lar de Infância e Juventude que tem a seu cargo 25 jovens e tem um protocolo com a Segurança Social, e a Residência para Idosos que tem capacidade para 60 utentes no Lar e 26 para as residências. Também, foi revisto o protocolo com a Segurança Social para o sector da Terceira Idade, que foi aumentado para 48 utentes, dos quais 10 vagas estão reservadas para utentes a colocar pela Segurança Social. Com o aumento do protocolo para a Terceira Idade, a Fundação recebeu mais comparticipação, devido a acertos das vagas que estão reservadas, durante o ano de 2018.
No final de 2018, o Lar tinha os 68 utentes incluindo nas Residências, que começaram a estar ocupadas, com os utentes que são mais autónomos.

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Fundação Arca da Aliança no período económico findo em 31 de Dezembro de 2018 obteve um resultado líquido negativo de 71.857,42 €, propondo a sua aplicação para a conta de Resultados Transitados.

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

ANO	2018
Resultados Transitados	71.857,42 €

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

Num contexto de maturação do ciclo económico, as projeções macroeconómicas do BCE apontam para uma recuperação do crescimento no curto prazo, refletindo a melhoria das condições no mercado de trabalho, balanços mais robustos e uma diminuição gradual dos estímulos de política monetária e orçamental nas principais economias avançadas – nomeadamente nos EUA – bem como da desaceleração da economia chinesa. Tanto para 2019 como para 2020, o FMI prevê que o crescimento global se mantenha nos 3,6% e, posteriormente, deverá diminuir 1% até 2023.

Nas economias avançadas, o crescimento deverá descer para os 2,1% em 2019. Mais concretamente, para os Estados Unidos, é expectável que o crescimento decresça em 2019 e 2020, devido às recentes medidas de comércio anunciadas, bem como ao abrandamento do estímulo fiscal. Também para a área euro e para o Reino Unido é projetável um decréscimo em 2019, sendo que para o primeiro o BCE projeta uma descida do PIB real anual para 1,7% em 2019 e 2020, e 1,5% em 2021, estando relacionado sobretudo com o enfraquecimento gradual do comércio mundial, pela crescente escassez da oferta de mão-de-obra em alguns países, e pelas condições financeiras ligeiramente menos favoráveis. Quanto ao Reino Unido, a sua política monetária deverá manter-se flexível, em resposta às alterações das condições associadas às negociações do *Brexit*. Durante os próximos cinco anos, a dívida pública deverá diminuir em grande parte das maiores economias, projetando-se também um crescimento robusto do investimento, em cerca de 5,5%, segundo dados do FMI. Investir em infraestruturas físicas e digitais poderá fomentar o crescimento nas economias avançadas.

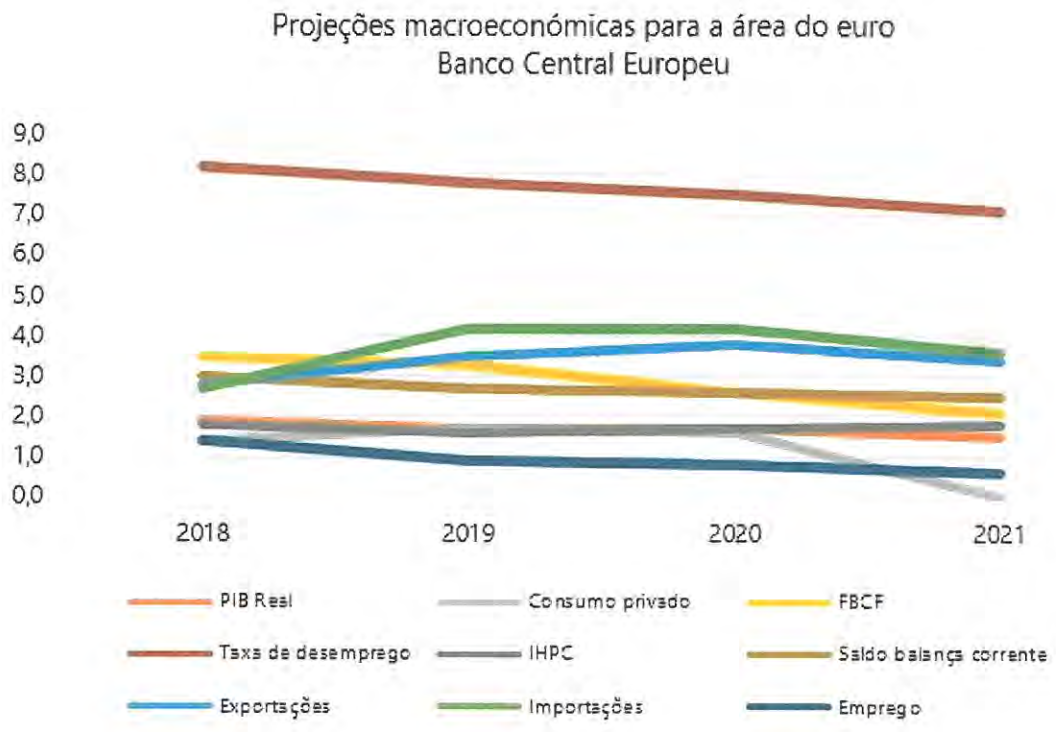
Já nas economias emergentes, o crescimento deverá manter-se nos 4,7% até 2019, refletindo o fortalecimento da atividade das economias exportadoras de bens, sendo projetável um crescimento nos países exportadores de petróleo, mas espera-se um decréscimo em economias como a Argentina, Brasil, Irão e Turquia, entre outros, refletindo as condições financeiras mais restritivas e as tensões geopolíticas. Também se prevê uma descida de 0,3% no crescimento das economias emergentes da Ásia, em grande parte devido às medidas comerciais recentemente anunciadas, sendo, ainda assim, expectável que a sua expansão se mantenha.

Em relação à taxa de desemprego, segundo o BCE, é espectável que esta desça para 7,1% em 2021, continuando a registar-se uma diminuição do número de desempregados, aproximando-se dos níveis mínimos anteriores à crise financeira, projetando-se também um aumento da remuneração por trabalhador, prevendo-se situar nos 2,7% em 2021. Ainda assim, o crescimento do emprego, entre 2019 e 2020, deverá abrandar substancialmente, devido sobretudo ao aumento da escassez de oferta de mão-de-obra em alguns países. A expansão da população ativa deverá manter-se, apesar de mais moderada, refletindo os valores líquidos relativos à imigração de trabalhadores e à integração de refugiados. Contudo, espera-se também que estes valores sofram gradualmente com o impacto do envelhecimento da população, que continuará a ser superior à entrada de jovens no mercado de trabalho. Estima-se que até 2035 nos países de baixo rendimento, o número de pessoas a chegar à idade laboral exceda as do resto do mundo em conjunto. Criar novos empregos que absorvam estas novas entradas será vital para o bem-estar social e político.

Quanto à inflação, na área do euro prevê-se uma diminuição da inflação dos preços dos produtos energéticos e dos preços dos futuros do petróleo bruto, sendo que a inflação homóloga medida pelo IHPC deverá situar-se nos 1,6%, aumentando 1% nos anos seguintes, até 2021. Para os EUA, espera-se que a inflação se situe em torno dos 2,1% até 2020, segundo estimativas do *Federal Open Market Committee*, um valor ligeiramente acima do objetivo de política monetária da Reserva Federal. No Reino Unido, segundo dados do Banco de Portugal, as projeções são para uma taxa de 2,0%, refletindo o desaparecimento gradual do impacto da depreciação passada da libra que influenciou a evolução da inflação durante o ano de 2017, e a acumulação gradual de pressões internas sobre os preços e os efeitos de alterações de impostos e tarifas de alguns produtos e serviços implementados ao longo deste ano.

Em relação às exportações, o seu crescimento irá atenuar-se em 2019, devido à desaceleração da procura externa. O consumo privado deverá manter-se resiliente, apoiado por condições de financiamento bancário favoráveis. O fornecimento global de petróleo deverá aumentar gradualmente no curto prazo, o que fará baixar os preços do petróleo situando-se, em termos médios anuais, em cerca de 66 USD/barril. No médio prazo, espera-se que o aumento nos preços dos produtos se dissipe, incluindo os preços do petróleo, que se deverão situar nos 60 USD/barril em 2023.

Quanto às administrações públicas, a melhoria global das perspetivas orçamentais é impulsionada, para além da evolução cíclica favorável, pelos pagamentos de juros mais baixos. Para a área do euro, em termos da projeção orçamental, após uma diminuição significativa em 2018, o BCE prevê um ligeiro aumento durante o corrente ano. Até 2021, o rácio do défice das administrações públicas deverá cair de 1,0% do PIB em 2017 para 0,6%, diminuição que também se espera ocorrer quanto ao rácio agregado da dívida pública, de 86,8% do PIB para 79,0% nos mesmos períodos, continuando, ainda assim, a exceder o valor de referência de 60% do PIB em vários países.



Já no médio prazo, o FMI projeta um abrandamento do crescimento global, sendo expectável um enfraquecimento das condições financeiras, devido à normalização das políticas monetárias. Nos EUA, deverá ser implementado um plano para reverter o aumento da dívida pública, acompanhado de medidas fiscais que impulsionem gradualmente a sua capacidade doméstica, de forma a assegurar uma maior sustentabilidade económica. Na área do euro, o BCE prevê uma continuação da expansão económica, com a diminuição das taxas de juro - implicando uma melhoria das condições de financiamento -, bem como da restritividade da política orçamental, do crescimento do consumo privado e do investimento. Esta expansão irá contribuir para um aumento das exportações e da procura externa. Contudo, existe um risco associado ao ajustamento abrupto nos mercados da dívida soberana, que poderá levar a tensões nos mercados financeiros e, consequentemente, a uma deterioração das condições de financiamento. Uma intensificação dos conflitos no Médio Oriente e em África poderá impulsionar os fluxos migratórios para a Europa, potencialmente aprofundando as divisões políticas.

Quanto às economias emergentes, as mesmas devem estar preparadas para um ambiente de maior volatilidade, no seguimento de alguns riscos verificados, bem como o esperado aumento das taxas de juro das economias avançadas. Muitos destes países continuam a lutar contra desafios não económicos, como o aumento das temperaturas, desastres naturais e conflitos internos. Muitos dos países de baixo rendimento continuam a enfrentar riscos substanciais, nomeadamente derivados do enfraquecimento das condições financeiras a nível global e da intensificação das tensões comerciais.

Neste sentido, estes países devem tentar tirar proveito do atual ambiente de recuperação do crescimento global. O ambiente de contínua expansão oferece uma janela de oportunidades para políticas e reformas avançadas que possam estender este mesmo ambiente e melhorar o crescimento a médio prazo, enquanto se criam proteções para a próxima recessão, reforçando a resiliência a um meio onde as condições financeiras podem-se restringir de forma imprevista. Neste sentido, muitas das economias emergentes devem adotar reformas fiscais para garantir a sustentabilidade das suas finanças públicas.

Em resumo, políticas fiscais inclusivas, investimento na educação e garantir o acesso à saúde são uma prioridade, com o intuito de reduzir a desigualdade, sendo também de elevada importância políticas que encorajem a inovação tecnológica e que promovam a participação das forças de trabalho, especialmente a inclusão económica de mulheres e jovens. A interdependência económica é maior do que nunca – através do comércio, finanças, migração e impactos ambientais, por exemplo – e isso torna a cooperação em áreas comuns igualmente importante, incluindo para as economias avançadas. Os países precisam de trabalhar em conjunto, lidando com desafios que se estendem para lá das suas fronteiras, de forma a reduzir os custos comerciais, bem como reforçar a cibersegurança, combater a corrupção e mitigar as alterações climáticas.

5.2 Cenário Interno

Segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa enfrenta importantes desafios, como sendo a evolução demográfica - devido à redução da população e ao seu envelhecimento -, o aumento dos níveis de capital por trabalhador e a necessidade de criar um enquadramento conducente a um maior crescimento do investimento, tanto em qualidade como em quantidade, uma vez que durante o recente período recessivo registou-se uma queda acentuada do investimento em Portugal.

No médio e longo prazo, Portugal continuará a enfrentar alguns constrangimentos ao crescimento, nomeadamente no respeitante ao investimento, apesar dos progressos realizados nos últimos anos no tocante ao funcionamento dos mercados e à redução do endividamento dos diversos setores da economia. No entanto, no curto prazo e num cenário de subutilização de recursos produtivos, é possível que a atividade económica possa crescer a um ritmo superior ao do produto potencial sem gerar pressões inflacionistas.

Até 2021, no alinhamento das projeções para a área do euro, a economia portuguesa também deverá continuar com a trajetória de crescimento da atividade, embora verificando alguma desaceleração, ligada à fase de maturação do ciclo económico. Neste sentido, o PIB deverá situar-se nos 1,8% em 2019, e descer 1% em cada ano do horizonte de projeção, estimando-se um crescimento médio anual entre os 3,5% e os 4%, em comparação com os 7,8% registados em 2017. Para este ritmo menos positivo contribuirá a desaceleração das exportações, bem como o aumento das importações, que deverão em 2020 ter uma variação próxima de 5%. Por outro lado, o aumento do turismo poderá contribuir positivamente para o crescimento económico, apesar de apresentar um perfil de desaceleração, prevendo-se que este seja superior à procura externa, que deverá permanecer estável ao longo do horizonte de projeção, aproximando-se do ritmo previsto para o comércio mundial. No final deste intervalo temporal, as exportações em termos reais deverão atingir um crescimento de cerca de 70% face ao nível observado antes da crise financeira, contribuindo em 50% para o valor do PIB desse ano.

Ainda no curto prazo, a economia portuguesa deverá manter a sua capacidade líquida de financiamento face ao exterior, à semelhança do observado desde 2012, medida pelo saldo conjunto da balança corrente e de capital, que deverá permanecer estável ao longo do horizonte de projeção, situando-se nos 1,3% até 2020, idêntico à média verificada em 2017, aumentando para 1,6% em 2021.

Até 2020, irá sentir-se uma redução do défice da balança de rendimento primário, refletindo o perfil projetado para os juros da dívida pública - cuja taxa de juro implícita permanecerá ligeiramente abaixo dos 3% no horizonte 2019-2020 - e, por outro lado, o aumento do saldo da balança de capital, em grande parte devido à evolução dos recebimentos de fundos comunitários, o que se traduzirá numa alteração da composição do saldo das balanças correntes e de capital, uma vez que a redução do saldo da balança de bens e serviços será compensada pela evolução das balanças de rendimento primário e de capital.

Esta taxa de juro implícita da dívida pública aponta para uma desaceleração do investimento público, que irá pesar na FBCF, a qual deverá manter uma elasticidade face ao PIB superior à média histórica, esperando-se uma desaceleração de 6,6% em 2019 para 4,9% em 2021, essencialmente devido ao investimento empresarial que, até ao final do horizonte de projeção, deverá ultrapassar o nível registado no início da crise financeira em 2008. Este dinamismo irá ter um peso importante no PIB em 2021 (de 14,3%).

Em relação ao emprego, após ter-se verificado um crescimento muito dinâmico em 2017, estima-se que este continue com essa trajetória, mas de forma menos acentuada. Também na taxa de desemprego se verificará uma continuação da trajetória descendente, apesar de num ritmo mais moderado do que o verificado nos últimos 3 anos, devendo atingir os 5,3% em 2021. Estes resultados irão dever-se essencialmente à evolução positiva do emprego no setor privado, uma vez que se projeta uma desaceleração do emprego público. Devido ao aumento do salário mínimo em 2018, irá verificar-se, no curto prazo, uma aceleração dos salários e dinamização do emprego, esperando que se retomem aos valores médios históricos ao longo de 2019-2021. No longo prazo, o capital humano deverá permanecer como um fator potencial do crescimento, devendo notar-se um ligeiro aumento da população ativa ao longo do horizonte de projeção, para o qual contribui o gradual aumento da idade da reforma e a continuação do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que também contribuirá para o aumento da produtividade, fator crucial para um maior crescimento da economia portuguesa.

Voltando ao horizonte de projeção 2019-2021, o aumento dos custos salariais, bem como das margens de lucro, levarão a um ligeiro aumento da inflação, que deverá apresentar um perfil moderadamente ascendente, situando-se em média nos 1,5% (medida pela taxa de variação do IHPC). Ainda assim, esta deverá manter-se abaixo dos valores projetados para a área do euro. Este aumento dos custos salariais provocará também uma variação positiva no consumo que, ainda assim, deverá registar uma desaceleração até 2021, devido essencialmente ao abrandamento da componente de bens não duradouros, em linha com a evolução do rendimento real disponível.

Por fim, na origem dos principais riscos às atuais projeções encontra-se o enquadramento externo, sendo o aprofundamento de mecanismos que permitam uma coordenação macroeconómica mais eficaz, uma partilha eficiente do risco e uma maior resiliência a choques desfavoráveis, essencial para garantir a estabilidade macroeconómica e as condições para o crescimento económico no futuro.

5.2 Evolução previsível da entidade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo a Fundação Arca da Aliança, dê continuidade ao seu projecto, e contribua com aumento da taxa de emprego na zona, o que se começou já a verificar em anos anteriores, contribua para dinamizar o sector da terceira idade, e possa conseguir o máximo de rentabilidade do Investimento realizado (no Edifício e equipamentos do Solar das Bem Aventuranças), na causa solidária.

6 - Outras Informações

A Fundação Arca da Aliança não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de Fundos Patrimoniais.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

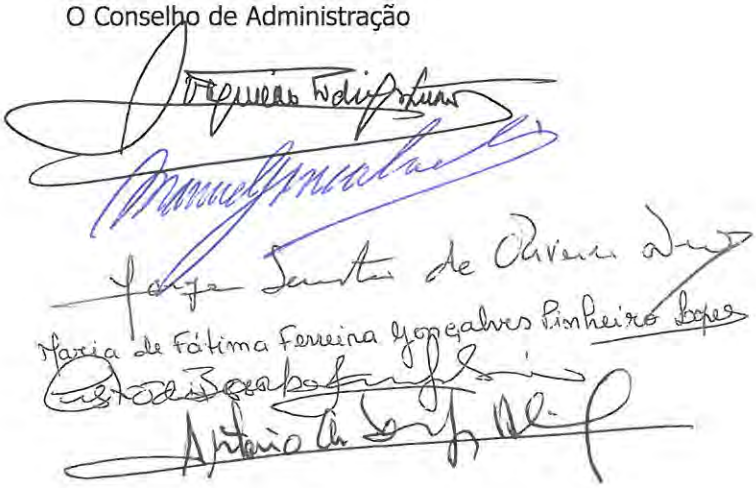
Não ocorreram factos relevantes após o termo do período.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Amigos, Fornecedores gerais e de investimentos, Instituições de Crédito, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso projeto.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Fundação Arca da Aliança.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Fátima, 06 de Março de 2019

O Conselho de Administração